

LABORATÓRIO III – 1º SEMESTRE 2025

TÍTULO DO EIXO A SER DESENVOLVIDO:

Prática de Processo Constitucional: Peças Práticas para a Prova da OAB

DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS):

Eliana Franco Neme e Cláudio Prado Amaral

ODS-ONU que abrange(m) a atividade proposta, se for o caso:

Não aplicável.

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS, SE HOUVER:

20

GRUPO SOCIAL ALVO DA ATIVIDADE:

alunos(as) a partir do 5 (quinto) semestre do curso de direito

CARGA HORÁRIA TOTAL:

60 horas de atividades (Reuniões quinzenais).

OBJETIVOS

Este laboratório objetiva:

1. Capacitar os estudantes na elaboração das principais peças práticas exigidas em provas da OAB no campo do Direito Constitucional;
2. Desenvolver habilidades práticas relacionadas à análise e redação de peças processuais, com foco em questões constitucionais;
3. Complementar a formação teórica com exercícios práticos, aproximando os discentes das demandas reais do mercado jurídico.

METODOLOGIA

A metodologia consistirá em:

- Exposições teóricas iniciais, abordando os fundamentos das peças processuais no Direito Constitucional;
- Análise de questões típicas da prova da OAB;
- Prática monitorada de redação de peças como mandado de segurança, ação direta de inconstitucionalidade e habeas corpus;
- Discussão e correção coletiva dos exercícios realizados pelos discentes.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

1º ENCONTRO: APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Duração: 2 horas

Objetivo:

- Apresentar o curso, seus objetivos e o cronograma de atividades.
- Introduzir as principais peças processuais constitucionais.

Conteúdo:

- Estrutura e dinâmica do curso.
- Importância das peças processuais para a prática constitucional e a prova da OAB.
- Introdução teórica ao mandado de segurança.

Atividade Prática:

- Estudo de caso simples para familiarização com o mandado de segurança.
-

2º ENCONTRO: MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO

Duração: 2 horas

Objetivo:

- Explorar as peculiaridades do mandado de segurança individual e coletivo.

Conteúdo:

- Fundamentos legais: Lei nº 12.016/2009.
- Legitimação ativa e passiva.
- Prazos e requisitos formais.

Atividade Prática:

- Redação de um mandado de segurança individual.
 - Discussão sobre a diferença prática e técnica entre o individual e o coletivo.
-

3º ENCONTRO: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI)

Duração: 2 horas

Objetivo:

- Analisar a estrutura e os fundamentos da ADI como instrumento de controle concentrado de constitucionalidade.

Conteúdo:

- Competência do STF e legitimação ativa.
- Procedimento e principais peças relacionadas à ADI.
- Jurisprudência relevante.

Atividade Prática:

- Simulação de petição inicial de ADI.
-

4º ENCONTRO: AÇÃO POPULAR

Duração: 2 horas

Objetivo:

- Desenvolver o entendimento e a prática de elaboração de uma ação popular.

Conteúdo:

- Natureza jurídica e objetivo da ação popular.
- Legitimação ativa (cidadania) e objeto da ação.
- Principais aspectos práticos.

Atividade Prática:

- Redação de uma petição inicial de ação popular com base em estudo de caso.
-

5º ENCONTRO: RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

Duração: 2 horas

Objetivo:

- Estudo detalhado do recurso ordinário constitucional, seus cabimentos e estruturação.

Conteúdo:

- Hipóteses de cabimento previstas no art. 102, II, e art. 105, II, da CF/88.
- Estrutura técnica do recurso.

Atividade Prática:

- Redação de uma peça de recurso ordinário constitucional.
-

6º ENCONTRO: RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Duração: 2 horas

Objetivo:

- Dominar os fundamentos e os critérios de admissibilidade do recurso extraordinário.

Conteúdo:

- Requisitos de admissibilidade e repercussão geral.
- Papel do STF na uniformização da interpretação constitucional.

Atividade Prática:

- Elaboração de uma peça de recurso extraordinário.
-

7º ENCONTRO: SIMULAÇÃO FINAL E FEEDBACK

Duração: 2 horas

Objetivo:

- Consolidar os aprendizados por meio de uma simulação prática e revisão dos conteúdos.

Conteúdo:

- Realização de um caso prático integrando as peças trabalhadas no curso.
Atividade Prática:
- Resolução de uma questão prática abrangendo os temas do curso.
- Feedback detalhado dos docentes sobre o desempenho.

RESULTADOS ESPERADOS

- Domínio das principais peças processuais constitucionais que caem na OAB;
- Maior segurança e habilidade prática para a prova e para a atuação profissional;
- Correlação direta entre aprendizado teórico e aplicação prática.

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DISCENTES

- Exercícios avaliativos corrigidos pelos professores durante o curso;
- Simulação prática final, com nota atribuída com base em critérios técnicos (estrutura, argumentação e linguagem jurídica).

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO PARA O GRUPO SOCIAL ALVO

- Verificação do nível de acerto das peças práticas elaboradas antes e após o curso;
- Questionário de avaliação de satisfação dos participantes.